

O novo normal das relações capital-trabalho na china: um mapeamento das agitações trabalhistas (2013-2023)

Cassiano Schwantes (UFRJ)

Alexis Saludjian (UFRJ)

Isabela Nogueira (UFRJ)

Resumo:

A China tem passado por rearranjos desde a crise financeira de 2008, em especial sobre as relações capital-trabalho após as imensas greves, protestos e agitações trabalhistas que se registraram ano após ano desde as reformas. Partindo do argumento de que o Estado chinês não é autônomo completamente das relações de sociabilidade de classes, o que têm se visto atualmente é a permanência das agitações trabalhistas que reivindicam diferentes pautas em diferentes regiões da China, colocando o país como epicentro das agitações trabalhistas no século XXI (Silver, 2005). Políticas políticas e tentativas de institucionalização da luta de classes têm sido aprimoradas pelo Partido-Estado no intuito de arrefecer os atos coletivos dos trabalhadores chineses e garantir um regime de bem-estar. O sistema hukou de localidade vem sendo flexibilizado como incentivo à urbanização, os investimentos estão focados na otimização tecnológica da sociedade doméstica visando o consumo interno e o desenvolvimento do “empreendedorismo das massas” vem sendo colocado como pauta para normalizar a empregabilidade do setor terciário, em sua maioria constituídos de informalidade. Todas essas características estão se desenvolvendo diante do “Novo Normal” do governo Xi Jinping, um novo modelo de acumulação de capital puxado pelas inovações tecnológicas e que apresenta novos desafios ao trabalho subsumido ao capital. Novas formas de subsunção do trabalho ao capital surgem em consonância com os modelos de acumulação, outras estruturas de emprego informal e precário se apresentam e despertam novos moldes de resistência ao capital (Colombini, Nogueira, 2024). O CLB (2024) apresentou um total de 13.187 incidentes coletivos entre 2011-2020, afirmando que os trabalhadores mais jovens e mais atentos às tecnologias estão se mobilizando em não aceitar mais quaisquer formas precárias de trabalho, despertando luta de classes em setores de serviços e de empregos informais. Já a pesquisa de Huang, Zhang, Zhang e Wang (2022) sobre regiões industriais, demonstra que as recentes áreas de desenvolvimento no oeste chinês estão desenvolvendo numerosas agitações desde 2011. Logo, essa pesquisa tem como objetivo geral, mapear de forma geral os protestos e greves na China durante o Novo Normal (2013-2023), descritas aqui como agitações trabalhistas, para que se possa verificar possíveis tendências para a relação capital-trabalho e para as constituições da classe trabalhadora chinesa. Como problematização central, a pesquisa questiona quais as novas formas de resistência que a classe trabalhadora chinesa após 2013 vem desenvolvendo diante de uma nova normalidade dentro do regime de acumulação na China? A partir de uma análise sócio-histórica de caráter marxiana e considerando as condicionantes singulares do desenvolvimento chinês, utilizou-se de uma coleta de dados bibliográfica, de fontes primárias e secundárias, sites oficiais do governo chinês e de instituições internacionais. Como resultados preliminares, elucida-se a tese de Marx (1978) sobre a subsunção real do trabalho ao capital diante das transições do modelo de desenvolvimento chinês e as estruturas do capital-trabalho, configurando reivindicações crescentes para a classe trabalhadora. Como pano de fundo, a pesquisa segue a visão de Silver (2005) que “para onde o capital for, o conflito capital-trabalho segue”.

Palavras-chave:

China; Agitações trabalhistas; Capital-trabalho; Novo Normal; Luta de classes.